

A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Arleide da Conceição Amaral Ferreira¹

**Asunción - Paraguay
2016**

¹Professora da rede de ensino pública estadual e municipal de Planalto/Bahia/Brasil. Graduada em Geografia pela UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestra em Ciências da Educação pela FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES – FICS, Asunción – PY.

A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

RESUMO

Este artigo tem como pressuposto oferecer uma reflexão sobre o papel do estudo da Geografia para a construção da cidadania, pois essa disciplina, atualmente, adquiriu dimensão fundamental no currículo: um ensino que inspire nos alunos uma postura crítica diante da realidade, comprometida com o homem concreto e com a sociedade tal qual ela se apresenta, seletiva, conflituosa e contraditória. A Geografia pode contribuir para a transformação social, desenvolvendo habilidades e contribuindo para a formação de um cidadão capaz de interferir conscientemente na realidade vivida.

Palavras-chave: Geografia; Formação; Alunos; Sociedade; Cidadania.

ABSTRACT

This article has assumed offer a reflection on the role of the study of geography for the construction of citizenship, since this discipline currently has acquired fundamental dimension in the curriculum: a teaching to inspire in students a critical stance on the reality, compromised with the concrete man and society as it presents itself, selective, conflicting and contradictory. Geography can contribute to social transformation, developing skills and contributing to the formation of a citizen capable of interfering with consciously in reality.

Keywords: Geography; Training; Students; Society; Citizenship.

RESUMEN

Este artículo tiene como presupuesto ofrecer una reflexión sobre el papel del estudio de la Geografía para la construcción de la ciudadanía, pues esta disciplina, actualmente, adquirió dimensión fundamental en el currículo: una enseñanza que inspire en los alumnos una postura crítica ante la realidad, comprometida con el hombre concreto y con la sociedad tal cual se presenta, selectiva, conflictiva y contradictoria. La Geografía puede contribuir a la transformación social, desarrollando habilidades y contribuyendo a la formación de un ciudadano capaz de interferir conscientemente en la realidad vivida.

Palabras clave: Geografía; formación; estudiantes; la sociedad; La ciudadanía.

A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

1. INTRODUÇÃO

Os conhecimentos geográficos são significativos e importantes para a vida em sociedade, em particular para o desempenho das funções de cidadania: cada cidadão, ao conhecer as características sociais, culturais e naturais do lugar onde vive, bem como a de outros lugares, pode comparar, explicar, compreender e espacializar as múltiplas relações que diferentes sociedades em épocas variadas estabeleceram e estabelecem com a natureza na construção do espaço geográfico. Assim, através de uma análise sobre a produção do conhecimento geográfico no ensino fundamental, é possível compreender o papel desta ciência na construção da cidadania.

A geografia, enquanto disciplina, oferece instrumentos para compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela é possível compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar onde se vive, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim adquirir uma maior consciência dos vínculos afetivos e de identidade que se estabelece com ele. Nesse sentido, o ensino de geografia é essencial para que o indivíduo compreenda e se perceba como um agente transformador do mundo em que vive, ou seja, do espaço geográfico.

Assim sucessivos estudos sobre o ensino de geografia têm se desenvolvido no meio acadêmico. Abordagens sobre os vários aspectos da prática educativa ligada à geografia têm alimentado o debate em torno da geografia escolar e orientado a elaboração de propostas para o ensino de geografia no nível fundamental. Em meio a isso, a prática e a teoria da educação geográfica têm experimentado alterações e enfrentado dilemas e polêmicas para conseguir continuar cumprindo tarefas sociais relevantes, pois as discussões teóricas e as propostas para o ensino de geografia têm sido pouco aproveitadas nas práticas pedagógicas desse ensino.

As abordagens atuais do ensino da geografia têm sido direcionadas para práticas pedagógicas que permitam apresentar aos alunos os diferentes aspectos de um mesmo fenômeno em diferentes momentos da escolaridade, de modo que os alunos possam construir compreensões novas e mais complexas a seu respeito. Para tanto, o estudo da sociedade e da natureza deve ser realizado de forma conjunta. No ensino professores e alunos deverão procurar entender que sociedade e natureza constituem a base material ou física na qual o espaço geográfico é construído, podendo assim, intervir de forma consciente neste processo.

Nesse sentido, a geografia explica como as sociedades produzem o espaço, conforme seus interesses em determinados momentos históricos e que esse processo implica em transformação contínua. As sociedades, ao se apropriarem da natureza, precisam medi-la, controlá-la e dominá-la. Tais

habilidades também são apropriadas de forma diferenciada, em sociedades com organizações sociais próprias.

A apropriação da natureza se dá pelo processo de trabalho, que é um ato social. Portanto, dado que é pelo trabalho social que se estabelece a relação sociedade-natureza, é fundamental o entendimento da sociedade para entender a natureza, já que esta é apropriada historicamente.

1. A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

1.1 A construção histórica da cidadania

O conceito de cidadania está intimamente associado à vida em sociedade. Sua origem está ligada ao desenvolvimento das *póleis* gregas, entre os séculos VIII e VII A.C. A partir de então, tornou-se referência aos estudos que enfocam a política e as próprias condições de seu exercício, tanto nas sociedades antigas quanto nas modernas. Entretanto, as mudanças nas estruturas socioeconômicas, incidiram, igualmente, na evolução do conceito e da cidadania, moldando-os de acordo com as necessidades de cada época.

Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. É muito diferente ser cidadão na Alemanha, nos Estados Unidos ou no Brasil, não apenas pelas regras que definem quem é ou não titular da cidadania, mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada país atualmente. Mesmo dentro de cada Estado-nacional o conceito e a prática da cidadania vêm se alterando ao longo dos últimos duzentos ou trezentos anos. Isso ocorre tanto em relação a uma abertura maior ou menor do estatuto de cidadão para sua população, ao grau de participação política de diferentes grupos, quanto aos direitos sociais, à proteção social oferecida pelos Estados aos que dela necessitam.

Mesmo que, inconscientemente, o homem, na sua caminhada ao longo da História, sempre manteve a cidadania como questão central das suas lutas, como se verifica ao se recuar nos primórdios da humanidade. Lana Cavalcanti ressalta

Considero que a ideia da universalidade, de direitos universais, é extremamente importante na defesa de uma organização social democrática, formada a partir de um “contrato” livre que garanta igualdade de direitos a todos. Essa igualdade, porém, não é algo dado, pois ela é construída histórica e socialmente. Não há então, universalidade no sentido de valores, normas e direitos que devem ser considerados universais para todo o sempre, independentemente de sua inserção no espaço e tempo. O que há são direitos, mas histórica e socialmente construídos. Com isso, pode-se defender a ideia de que cidadão é aquele que exerce seu direito a ter direitos, ativa e democraticamente, o que significa exercer seu direito de, inclusive, criar novos direitos e ampliar outros. É no exercício pleno da cidadania que é possível, então, transformar direitos formais em direitos reais. (CAVALCANTI, 2002, p. 51)

A luta pela cidadania estava presente no profetismo hebreu. Os contemporâneos de Aristóteles e Platão organizavam-se para a prática da cidadania. A Roma de Cícero, através do Direito, da civitas, contribuiu significativamente na discussão dos direitos civis e políticos do cidadão. Essas histórias de lutas humanas em busca de reconhecimento de direitos do homem como cidadão, passam também pelo período medieval, deixando os mais profundos vestígios. Em seguida, pelas revoluções burguesas, pelas lutas sociais dos séculos XIX e XX e até nossos dias.

A história da cidadania confunde-se em muito com a história das lutas pelos direitos humanos. A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformam frente às dominações arrogantes, seja do próprio Estado ou de outras instituições ou pessoas que não desistem de privilégios. Assim Lana afirma que,

Essa ideia de cidadania também faz uma ligação direta à proposta de democracia política, econômica e social (só se tem direito numa sociedade democrática, entendendo-a como aquela que garante a igualdade de condições de vida a todos). Está vinculada com a prática da vida coletiva e pública, ou com o exercício coletivo da vida, com associação forte aos direitos e deveres inerentes ao exercício político democrático da vida em sociedade. (CAVALCANTI, 2002, p. 52)

Com o fim do Absolutismo, na Idade Contemporânea (séc. XVIII até os dias de hoje), surgiu um novo tipo de Estado, o Estado de Direito, que é uma grande característica do atual modelo de democracia. A principal característica do Estado de Direito é: "Todos tem direitos iguais perante a constituição", percebendo assim, uma grande mudança no conceito de cidadania.

Por um lado, trata-se do mais avançado processo que a humanidade já conheceu, por outro lado, porém, surge o processo de exploração e dominação do capital. A burguesia precisava do povo e o convenciam de que todos estavam contra o Rei e lutando pela igualdade, surgindo assim, as primeiras constituições, ou seja, Estado feito a serviço da Burguesia.

Acontece, então, a grande contradição: cidadania X capitalismo. Cidadania é a participação de todos em busca de benefícios sociais e igualdade. Mas a sociedade capitalista se alimenta da pobreza. No capitalismo, a grande maioria não pode ter muito dinheiro, afinal, ser capitalista é ser, por exemplo, um grande empresário. Se todos fossem capitalistas, o capitalismo acabaria, ninguém mais ia trabalhar, pois não existiriam mais operários, por exemplo.

Da função de político, o homem passa para a função de consumidor, o que é alimentado de forma acentuada pela mídia. O homem que consome satisfaz as necessidades que outros impõem como necessárias para sua sobrevivência. Isso se mantém até os dias de hoje. Para mudar essas ideias, as

peessoas devem criar seus próprios conceitos e a escola aparece como um fator fundamental. Como ressalta Milton Santos:

Numa sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é verdadeiro ópio, cujos templos modernos são os *shopping-centers* e os supermercados, aliás construídos à feição das catedrais. O poder do consumo é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. Daí a sua força e o seu papel perversamente motor na sociedade atual. (SANTOS, 1993, p. 34)

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. É, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, fruto de um longo processo histórico que levou a sociedade ocidental a conquistar parte desses direitos.

No Brasil, a cidadania deve ser vista como uma possibilidade, pois ainda não se efetivou como um projeto de sociedade no país. Em um país periférico e de industrialização tardia como o Brasil o cidadão pleno nunca chegou a existir de fato. Tivemos como herança colonial uma sociedade de tradição autoritária, na qual os homens tinham muito mais deveres do que direitos e cujo fundamento da disciplina era a simples e inquestionável obediência. Além disso, mal se completa a infância da República brasileira, entremeadada por conturbados períodos ditatoriais, conjugou-se à nossa história a implantação de uma sociedade de consumo de massa que corroe o já frágil projeto de cidadania brasileiro. Como afirma Santos,

No Brasil o milagre econômico, com sua enorme força ideológica, muito maior que os seus resultados concretos e materiais, agiu como um dissolvente eficaz. A sensação do bem-estar rapidamente obtido – e quantas vezes sem mérito! – pelas novas classes médias dava-lhes a impressão de realização pessoal. A ideologia da prosperidade contaminava a sociedade de alto a baixo, enriquecendo de sonhos injustificados a quem jamais deixaria de ser pobre. (SANTOS, 1993, p. 38)

Nos anos 80 e 90, percebeu-se no Brasil um processo de mudanças no sentido de implantação e afirmação da cidadania. Em primeiro lugar, a superação do regime de 1964 provocou uma onda de redemocratização que trouxe como valor máximo a questão da cidadania. Em segundo lugar, a instalação de uma crise profunda no campo econômico, com inevitáveis reflexos nos terrenos social e político. A questão de se proporcionar a instrumentalização da cidadania como meio de se buscar a transformação social, estabelecendo-se um vínculo ao estado do bem estar social e do acesso justiça como meios de exercício da cidadania.

A Constituição de 1824 implantou de uma só vez tanto os direitos civis como políticos, implantação esta de cima para baixo, “quase sem luta”. Esses direitos civis, no entanto, eram extremamente restritos dado que conviviam com a instituição da escravidão. Assim, a existência dos direitos políticos sem o prévio desenvolvimento de direitos civis, da convicção única da liberdade individual e dos limites do poder do Estado, redundava num exercício falho da cidadania política.

O que se percebe é o fato dos direitos, de uma forma ampla, no Brasil, serem mais iniciativa do Estado do que da própria sociedade. Isto não quer dizer que se está negando a existência da sociedade civil, mas que frente ao poder de iniciativa e de ação do Estado a capacidade propositiva da sociedade no Brasil é muito menor. Isto conduz ao que se chama de “precariedade” da cidadania no Brasil, precariedade esta assentada no desenvolvimento frágil dos direitos civis, base para a colocação dos direitos políticos.

1.2 A geografia escolar e a construção da cidadania

Ao assumir o espaço geográfico como produção histórica da sociedade, é inevitável que se estabeleça o vínculo entre a geografia e a cidadania. Num mundo em que homens e mulheres são reduzidos à condição de consumidores, torna-se necessário discutir o papel das diversas ciências, em especial a geografia, na formação do cidadão. É, portanto, de fundamental importância que os produtores do espaço percebam-se como parte integrante do mesmo. Assim, um mínimo de conhecimento sobre a ciência geográfica, os seus fundamentos e sua evolução conceitual remete de imediato à sua condição de saber estratégico e político.

Essa compreensão do ensino de geografia indica que a prática docente está carregada de intencionalidade, não podendo ser produto do acaso ou do improviso. É prática cultural e política sem argumentos para a neutralidade. Sendo uma prática política, o ensino de geografia requer do educador que considere as suas condições de trabalho e de aprendizagem, suas e dos alunos, e que projete seu planejamento e sua intervenção para além da aula, do livro, do mapa e do exercício. De acordo com Callai,

A educação para a cidadania é um desafio para o ensino e a Geografia é uma das disciplinas fundamentais para tanto. O conteúdo das aulas de Geografia deve ser trabalhado de forma que o aluno construa a sua cidadania. E muito se tem falado em educação para cidadania, mas de maneira muitas vezes, irreal e inalcançável, burocrática, ligada ao positivismo e com soluções técnicas, definida num ou em vários objetivos, que no mais das vezes consideram o sujeito-estudante deslocado do mundo em que vive, como se fosse um ser neutro e abstrato. (CALLAI, 2001, p. 136)

A construção dos conhecimentos geográficos na escola não visa à formação de pequenos geógrafos. A promoção e defesa de uma educação geográfica que sirva e oriente as práticas da sociedade

civil resultaria de uma transposição didática, consciente e refletida na escola. Significa apresentar à sociedade a contribuição dos saberes geográficos para bem ler e estar no mundo na condição de sujeito, a perspectiva desses conhecimentos e a interpretação das ações humanas enquanto produtor de suas condições de reprodução. Saberes tão relevantes quanto o saber ler e contar para o exercício da cidadania é localizar, localizando-se não apenas como indivíduo, mas como agente social.

O conhecimento geográfico não é algo que possa e deva ser facilmente manipulável, porque seu objeto tem por base um processo social, que produz o espaço geográfico, é fruto de uma relação de classes, historicamente dada. É o espaço geográfico capaz de caminhar em direção a uma postura crítica e de permitir ao homem sentir-se como agente de transformação da sociedade e da liquidação total da situação de opressão em que vive. Ou seja, a geografia não somente analisa as desigualdades sociais, mas também as contradições que levam a estas desigualdades e que estão expressas espacialmente. Callai relata que,

Acreditando e partindo do pressuposto de que a educação para a cidadania perpassa várias disciplinas, a questão que me coloco é como a Geografia pode contribuir neste processo. Se a formação do educando para ser um cidadão passa pela ideia de prepará-lo para “aprender a aprender”, para “saber fazer”, o papel das disciplinas escolares, e o da Geografia particularmente, tem a ver com o método, quer dizer, de que forma se irá abordar a realidade. (CALLAI, 2001, p. 137)

O diagnóstico do que não está funcionando no ensino da geografia e do que não permite chegar-se a um entendimento do que é o homem-cidadão pode tornar-se mais um exercício intelectual. Ora, já foi dito que a escola está numa razão inversamente proporcional à realidade onde está colocada. Então, diz-se que devem ser estruturados currículos adequados a esta realidade. Contudo, isto também não basta, uma vez que, além de sempre podermos incorrer naquela tradição onde a “matéria” é privilegiada, esta, via currículo, pode transformar-se em mera formalidade para o professor e acabar, de qualquer forma, sendo de pouca utilidade para o aluno.

O espaço produzido pelo homem é essencialmente um espaço social, porque o homem, ao entrar em contato com a natureza, transforma-a e a si se transforma através do trabalho. A natureza deste trabalho é social e, assim, o homem produz o seu espaço social e nele se organiza espacial e socialmente. Mas, no sistema socioeconômico em que vivemos o uso do espaço revela as contradições inerentes ao modo de produção que o engendra. Fica evidente, uma vez que nele se separa o capital do trabalho. Estabelece-se esta contradição: o trabalhador dos meios de produção, que não lhe pertence, é quem menos faz uso deste espaço. Consequentemente, nele se aliena e não constrói a sua cidadania. Neste sentido, cabe à geografia demonstrar as contradições e as formas de mediar os conflitos de classes na sociedade e seu espaço. Em outros termos Callai coloca,

Este espaço real, concreto, que vemos, onde vivemos e no qual ocupamos um lugar para morar e no qual nos locomovemos, existe em si mesmo. É uma dimensão da realidade, e como tal precisamos nos apropriar intelectualmente dele. É um conceito precisa ser construído no interior do processo de aprendizagem. (CALLAI, 1998, p. 65)

A apropriação de uma “linguagem geográfica” é condição fundamental para o homem contemporâneo. A intensificação de fluxos de informações, do encontro de práticas culturais diversas e dos mecanismos de poder no contexto de um mundo cada vez mais orientado pela lógica do mercado elimina as pessoas, descaracterizando-as, arrancando-lhes identidade. Uma linguagem que pode apresentar elementos de compreensão, resistência e intervenção é a da geografia. Não exclusivamente, claro, mas está no cerne da identidade da geografia recuperar o lugar do homem alienado de sua maior produção – o espaço seja ele a cidade ou o campo e em múltiplas escalas. A socialização dessa cultura na escola passa pela definição de tratar a aprendizagem como processo. Logo, as ações pedagógicas precisam considerar os avanços e a atualização dos conhecimentos pedagógicos, bem como as pesquisas sobre o desenvolvimento cognitivo, dos domínios do pensamento e da linguagem dos educandos. Como afirma Lana Cavalcanti,

Essa orientação destaca a necessidade de o professor ir além do estudo dos fatos, das definições e, especialmente, da valorização exclusiva dos aspectos cognitivos do ensino. O ensino é um processo que compõe a formação humana em sentido amplo, apanhando todas as dimensões da educação: intelectual, afetiva, social, moral, estática, física. Para isso, necessita estar voltado não só para a construção de conceitos, mas também para o desenvolvimento de capacidades e habilidades para se operarem esses conhecimentos e para a formação de atitudes, valores e convicções ante os saberes presentes no espaço escolar. (CAVALCANTI, 2002, p.37)

Portanto, adquirir conhecimentos básicos de geografia é algo importante para a vida em sociedade, em particular para o desempenho das funções da cidadania: cada cidadão, ao conhecer as características sociais, culturais e naturais do lugar onde vive, bem como as de outros lugares, pode comparar, explicar, compreender e espacializar as múltiplas relações que diferentes sociedades em épocas variadas estabeleceram e estabelecem como o meio - natural e social - na construção de seu espaço geográfico. A aquisição desses conhecimentos permite maior consciência dos limites e responsabilidades da ação individual e coletiva com relação ao seu lugar e a contextos mais amplos, da escala nacional a mundial. Para tanto, a seleção de conteúdos de geografia para o ensino fundamental deve contemplar temáticas de relevância social, cuja compreensão, por parte dos alunos, mostra-se essencial em sua formação como cidadão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões neste texto, fica evidente que, o ensino de geografia deve contribuir para o exercício da cidadania. Os professores e alunos precisam perceber a geografia como uma disciplina que possibilita ao indivíduo a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade, bem como estas relações são estabelecidas na construção do espaço geográfico.

A prática docente desenvolvida pelos professores necessita de uma profunda reflexão que redimensione o ensino de geografia. Isto exige um posicionamento crítico dos professores que, pelo conteúdo de que são detentores, possam produzir juntamente com os alunos novas interpretações que levem a uma compreensão do mundo situando-se no conjunto das transformações locais e globais.

A responsabilidade social e o exercício pleno da cidadania requerem um compromisso por parte dos agentes sociais. Nesse sentido, é necessário que as instituições educacionais - secretaria de educação e escolas - criem meios para solucionar as dificuldades apresentadas, buscando definir os seus objetivos educacionais. Adotar uma postura pedagógica que indique os caminhos a serem seguidos por todos os envolvidos no processo educacional, para a formação da tão sonhada e proclamada consciência cidadã, torna-se, então, algo imprescindível. E a geografia não pode e não deve se isentar desta condição. Muito além disso, a geografia escolar pode oferecer ao aluno inúmeras oportunidades para o desenvolvimento de atitudes que o possibilitem o exercício da cidadania.

A geografia abrange um corpo de conhecimentos considerados como questões emergenciais para a conquista da cidadania. No entanto, uma questão que não fica resolvida é a própria concepção do que é a cidadania e de qual é o papel do cidadão na sociedade brasileira. Sendo assim, enquanto não se construir concretamente a cidadania no Brasil, não será possível uma educação efetiva para a formação do cidadão. É importante considerar também, que a formação deste cidadão não é exclusividade da geografia, sendo, portanto, responsabilidade de todas as disciplinas e agentes educacionais.

Assim, cabe ainda ressaltar que está no momento, portanto, de realizar uma profunda discussão sobre o ensino de geografia, buscando o reordenamento desta disciplina em todos os níveis de ensino, estendendo-o a todas as áreas do conhecimento. Assim, quem sabe, finalmente a escola conseguirá cumprir a sua função fundamental que é formar para a cidadania.

4. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia: ciência do espaço: uma introdução a análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

CALLAI, Helena Copetti. **O estudo do município ou a Geografia nas séries iniciais.** In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. et. al. (Org.). **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões.** Porto Alegre; Associação do Geógrafos Brasileiros, seção Porto Alegre, 1998.

_____. **A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?** São Paulo: Terra Livre, 2001.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino.** Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

FERRAZ, Ana Emília Quadros. **Planalto: pensar a cidade, desafios e possibilidades.** Vitória da Conquista: Conhecer, 2015.

INEP. **IDEB - Resultados e metas,** Planalto-BA. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>> Acesso em: 15 set. 2016.

MINAYO, M^a Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec – Abrasco, 1992.

MISUKAMI, M^a da Graça Nicoletti. **Ensino: abordagens do processo.** Temas básicos de educação e ensino. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, Antônio Carlos Roberto. **Geografia pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico.** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O que é geografia?** São Paulo: brasiliense (Coleção primeiros passos), 9^a ed., 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Org). **Para onde vai o ensino da Geografia?** São Paulo: Contexto, 1998.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky - aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 2000.

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Planalto, BA.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_planalto_ba>. acesso em 16 de set. 2015.

PEREIRA, Thássio Alves. **A música como recurso didático no Ensino de Geografia.** Vitória da Conquista: UESB, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SEI - Superintendência de estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Informações municipais. Disponível em:

<http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes_municipais.wsp> Acesso em: 09 de set. de 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia: geografia e ideologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.